

Tradução em português do relatório:

Statkraft no Brasil - Fora da vista, fora da mente

Escrita por Vilde Gjerde Lied - 2022

Publicado por Latinamerikagruppene i Norge (LAG) - Grupos da América Latina

Página 3: Renovável, não sustentável

Grande parte da produção de energia no Brasil vem de fontes de energia renováveis. A maior fonte de energia é a energia hidrelétrica, que corresponde por mais de 60% da produção total de eletricidade no país.¹ Em comparação, a energia hidrelétrica corresponde por cerca de 17% da produção de energia globalmente.

O Brasil tem as maiores reservas de água doce do mundo. De acordo com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), 90% das residências conectadas à rede de abastecimento de água estão sob responsabilidade do Estado, e apenas 10% no setor privado. Atualmente, o Brasil tem a maior capacidade instalada de produção de energia hidrelétrica da América Latina e a segunda maior do mundo.

Para se tornar menos dependente da energia hidrelétrica, o Brasil tem a meta declarada de ter mais recursos renováveis para produção energética. Nos últimos anos, o país tomou várias medidas para atrair investimentos, principalmente para energia eólica. O desenvolvimento das energias eólica e solar cresceu significativamente nos últimos anos. Embora as fontes de energia renovável não emitam gases de efeito estufa, elas causam grande impacto à vida das pessoas, ao meio ambiente e à natureza. Renovável não é o mesmo que sustentável.

Cada vez mais o setor de energia no Brasil é de propriedade e controlado por empresas internacionais e transnacionais. A empresa estatal norueguesa Statkraft é uma delas. Neste relatório, examinaremos as usinas elétricas da Statkraft no Brasil, que geram energia a partir de recursos renováveis, como água, vento e sol, e analisaremos como essas usinas afetam o meio ambiente, a natureza, os povos indígenas e os agricultores que vivem e viveram perto dessas usinas. O relatório está dividido em três partes. A primeira parte trata da entrada da Statkraft no Brasil e o setor energético brasileiro. A segunda parte trata da energia hidrelétrica no Brasil e as usinas hidrelétricas da Statkraft no país. A última parte trata da energia eólica, e as usinas de energia eólica estabelecidas e planejadas pela Statkraft no Brasil. A maioria das informações contidas neste relatório foi extraída de entrevistas com pessoas afetadas pelas instalações da Statkraft no Brasil.

Gostaríamos de fazer um agradecimento especial ao MAB, por seu conhecimento e ajuda no contato com as pessoas que encontramos.

Página 5: Statkraft

A Statkraft é a maior empresa de energia da Europa. Ela é de propriedade integral do Estado norueguês. A empresa é proprietária, produz e desenvolve energia hidrelétrica, energia eólica, energia a gás e aquecimento urbano em mais de 20 países, e tem mais de 4.800 funcionários. A Statkraft está no Brasil desde 2008. Em 2011, iniciou seus negócios por meio do comércio de eletricidade e, em 2012, começou a produção de energia renovável. Duas grandes batalhas na história da Noruega influenciaram o trajeto dos investimentos em energia dentro da Noruega, especialmente em áreas com natureza vulnerável ou povos indígenas: A batalha pelo curso d'água de Altavassdraget e a luta dos pastores de renas em Fosen contra os parques eólicos em Storheia e Roan. Esses fatos, além da luta geral contra o desenvolvimento da energia hidrelétrica e da energia eólica na Noruega, levaram a Statkraft a se concentrar principalmente em áreas de baixo conflito no exterior.

A primeira vez que a Statkraft se estabeleceu no Brasil foi por meio da empresa SN Power. A SN Power foi criada pela Norfund e pela Statkraft em 2002, com o objetivo de investir em energia hidrelétrica em mercados em crescimento para contribuir com o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável. A cooperação possibilitou que a Statkraft investisse em mercados estrangeiros considerados de risco para investimento. O projeto foi criticado por vários setores por investir em países de renda média, como o Brasil, em vez de nos países mais pobres, e por permitir que a Statkraft investisse em projetos de energia no exterior com fundos de filantropia noruegueses. Como resultado de uma reorganização da parceria entre a Norfund e a Statkraft, a última assumiu o controle total da SN Power no Brasil em 2014.

Em 2011, a Statkraft, por meio da SN Power, adquiriu a empresa brasileira Desenvix, que passou a se chamar Statkraft Energias Renováveis. A compra incluiu oito usinas hidrelétricas e dois complexos de energia eólica. A aquisição da Desenvix foi vista como controversa e foi criticada por muitos, tanto na Noruega quanto no Brasil. Em uma viagem à Noruega em 2014, o MAB criticou a Desenvix por esse fato. Moisés Borges, do MAB, explicou como eles vivenciaram que a empresa perseguiu líderes de seu movimento, impediu que as pessoas organizassem resistência e falsificou informações sobre quantas pessoas foram afetadas pelos desenvolvimentos da barragem. A Statkraft se defendeu na época dizendo que não havia iniciado seus próprios desenvolvimentos desde que compraram a empresa.

Página 6:

Kjell Roland, da Norfund, declarou ao Dag og Tid em 2013 (em Fatland, p. 23) que não acreditava que houvesse problemas com florestas tropicais ou povos indígenas associados a qualquer uma das usinas hidrelétricas da Desenvix:

"Até onde sei, não há dilemas tão difíceis aqui. A Desenvix não está envolvida em nenhuma das usinas gigantes na Amazônia, é uma questão de desenvolvimentos em rios menores".

É verdade que a Desenvix não possui instalações que afetem a floresta tropical e os povos indígenas na Amazônia, mas as florestas tropicais e os povos indígenas estão presentes em todo o Brasil. A Statkraft já declarou anteriormente que se manterá afastada da Amazônia ao desenvolver usinas de energia no Brasil. Eles construirão principalmente em áreas com baixo nível de conflito. Mas, como veremos mais adiante no relatório, ficar fora da Amazônia não é garantia de evitar conflitos. A Desenvix, entre outras coisas, construiu barragens que represaram áreas indígenas e grandes áreas de Mata Atlântica no Rio Grande do Sul. O fato de a floresta tropical e outros habitats vulneráveis terem sido removidos antes de a Statkraft assumir as operações não significa que a empresa não seja responsável pelos danos causados pela destruição da natureza.

Página 7:

A Desenvix também foi uma compra polêmica devido às revelações de corrupção após a Lava Jato. Um dos acionistas da empresa, a Engevix, foi uma das empresas envolvidas nas revelações. As mesmas três pessoas que fundaram a Engevix também são os homens por trás da Desenvix, e foram acusadas de corrupção grave. Com base nisso, a Statkraft iniciou sua própria investigação da Desenvix, agora Statkraft Energia Renováveis. Em 2021, eles relataram que a empresa fez pagamentos ilegais para obter licenças públicas no período de 2011 a 2014, antes da Statkraft assumir o controle da empresa em 2015. A Statkraft ainda não entra em detalhes sobre a natureza da corrupção, mas diz que está em processo de limpeza da situação.

Hoje, a Statkraft Brasil tem 18 usinas geradoras em operação nas regiões Sudeste, Sul e Nordeste, equivalente a 450,7 MW de capacidade instalada e um portfólio de projetos em desenvolvimento que totaliza 2216 MW. A Statkraft tem como objetivo triplicar a capacidade de geração de energia no Brasil antes de 2025. Isso será alcançado por meio de aquisições e fusões com empresas estabelecidas, além do desenvolvimento de novos projetos. A empresa se concentra principalmente nas energias eólica e solar. Além disso, a Statkraft está investigando a possibilidade de produzir hidrogênio e amônia junto com a Aker Horizons no Brasil e na Índia.

Página 10: O setor de energia no Brasil

- Energia para quê e para quem?

Devemos produzir mais energia para gerar crescimento econômico ou a consideração pelos ecossistemas e os direitos dos povos locais e indígenas são os mais importantes? Essa é uma pergunta importante a ser feita para entender como funciona o setor de energia no Brasil. De fora, pode parecer um setor que funciona bem para as pessoas, com grande participação do Estado e uma alta proporção de energia renovável.

O desenvolvimento do setor de energia no Brasil começou a sério durante a ditadura militar na década de 1960, que se caracterizou por grandes avanços, antes de haver uma privatização gradual do setor. Até a década de 1990, o setor de eletricidade estava sob monopólio estatal. A partir da década de 1990, seguiram-se várias ondas de privatização de serviços públicos. A privatização na década de 1990 fez com que o preço da energia fosse definido no mercado livre.

Antes disso, as pessoas pagavam pelo custo de produção.

Os brasileiros estão entre os que pagam mais caro pela eletricidade no mundo, apesar do fato de que a fonte de energia mais cara é a energia hidrelétrica. Essa é uma das consequências da privatização na década de 1990, porque o setor foi dividido. Um grupo de empresas gera energia enquanto outro grupo é responsável pela transmissão, e um terceiro grupo é responsável por comercializar a energia. Também não há limite máximo para a quantidade de energia que pode ser vendida por um preço muito baixo, o que significa que toda a energia, não importa quão barata seja produzida, é vendida pelo mesmo preço.

Em 2003, o governo Lula lançou o projeto "Luz para todos".

O projeto tinha como objetivo garantir eletricidade a todos os brasileiros, independentemente de onde morassem. De acordo com a Eletrobras, o projeto forneceu eletricidade a 16 milhões de brasileiros. Entretanto, o projeto foi criticado por não abordar os problemas do modelo de energia no Brasil. "Não adianta ter acesso à luz quando você não tem dinheiro para pagar a conta de luz. Em 2022, o governo Bolsonaro iniciou a privatização da empresa estatal de energia Eletrobras, a maior empresa de energia da América Latina. O argumento para a privatização era que o preço da eletricidade seria reduzido. Mesmo assim, o Ministério de Minas e Energia estimou que as tarifas aumentariam em 7,36%. A privatização foi realizada porque não há um agente definido que tenha assumido o controle (de acordo com a Globo, cada leiloeiro tem no máximo 10% de participação). O preço da eletricidade provavelmente também se tornará mais caro porque a produção da energia será comercializada. Até agora, as operadoras estatais têm vendido a energia que produzem por menos do que as operadoras privadas. Agora, no entanto, não há nada que as impeça de cobrar o preço máximo.

Página 11: Energia hidrelétrica no Brasil

No Brasil, a energia hidroelétrica é produzida principalmente pela geração de energia a partir da água nos rios. Isso é feito represando os rios (Fatland, p. 8).

A partir da barragem, a água é canalizada por túneis até as casas de energia, onde passa por turbinas. A consequência é que o nível da água sobe e inunda grandes áreas, enquanto o outro lado permanece seco. Como grande parte do do Brasil é plana, grandes áreas são inundadas, e de 200 a 2.000 famílias podem ser afetadas em função da barragem. O desenvolvimento de usinas hidrelétricas tem sido a maior causa de deslocamento humano, com o desenvolvimento como argumento (Fatland, p. 8). Muitos foram deslocados de suas casas e terras sem receber um pagamento justo ao mesmo tempo em que perderam o acesso a áreas importantes para a pesca e a colheita de alimentos.

Durante a ditadura militar nas décadas de 1960 e 1970, houve um grande desenvolvimento de grandes represas e usinas elétricas nacionais. Naquela época, não havia leis para proteger as pessoas afetadas pelo desenvolvimento das barragens (Fatland). Grande parte da produção de energia hidrelétrica no Brasil vem das chamadas mega-barragens. Muitas delas foram planejadas e/ou construídas durante esse período. Exemplos disso são Tucuri e Itaipu, e Belo Monte na Amazônia. Muitas delas foram privatizadas na década de 1990.

Contra o pano de fundo do planejamento e desenvolvimento de grandes mega- barragens, grandes movimentos sociais, por e para aqueles afetados pelos empreendimentos. Os maiores e mais estabelecidos deles são o MAB e o Movimento dos Sem Terra (MST).

Página 12:

As usinas hidrelétricas no Brasil são divididas principalmente em duas categorias segundo o tamanho da usina: Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) e Usina Hidrelétrica (UHE). PCH é o termo para usinas hidrelétricas com capacidade instalada inferior a 50 MW, enquanto UHE são as grandes megabarragens, acima de 50 MW. Em 2018, o Brasil aumentou o limite que pode ser definido como uma PCH de 30 mW para 50 mW. Isso faz com que seja mais fácil para os desenvolvedores obterem licenças ambientais para barragens maiores do que antes, que são necessárias para fazer alterações na natureza. De acordo com o MAB, havia mais UHEs do que PCHs no Brasil antes dessa mudança. Isso agora se inverteu. As PCHs são populares porque a exigência de avaliações de impacto ambiental e social é menor do que nas UHEs. Além disso, há menos oposição social às usinas hidrelétricas menores, porque menos pessoas são afetadas pelo projeto específico. No entanto, isso não ocorre porque as pessoas estão satisfeitas com o projeto hidrelétrico, mas porque é mais difícil de organizar quando há menos pessoas. As pesquisas foram realizadas principalmente pela empresa brasileira Engevix. A empresa foi uma das principais empresas investigada durante a Lava Jato, onde foi revelado, entre outras coisas, que ela havia vendido pesquisas ambientais incorretas. De acordo com o MAB, não há registro se essa corrupção continuou.

Em 2012, o governo Dilma introduziu o direito de recurso para usinas hidrelétricas. Isso se aplica somente a UHE, e tem duração de 30 anos. Com a PCH, você é o proprietário para sempre. Em 2013, a Medida Provisória 579 (Lei Federal nº 12.783/2013), que, de acordo com Cervinski, prorrogou as licenças por 30 anos, com o objetivo de reduzir o preço da eletricidade e tornar o setor mais competitivo.

No entanto, isso levou ao oposto, e os preços aumentaram nos anos após a aprovação da prorrogação. O Estado ajuda a financiar a geração de energia hidrelétrica por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Muitos grandes bancos também são coproprietários das usinas hidrelétricas. A Statkraft, por exemplo, é proprietária de uma de suas usinas em conjunto com a FUNCEF, que é o terceiro maior fundo de pensão do Brasil.

Página 13: Usinas hidrelétricas da Statkraft no Brasil

"Nossas riquezas estão desaparecendo da região, enquanto os danos permanecem conosco."

- Citação de uma pessoa afetada do projeto Monjomolinho

A Statkraft tem 16 usinas hidrelétricas em funcionamento no Brasil, além de uma usina planejada. Todas as usinas hidrelétricas que a Statkraft possui atualmente foram adquiridas após o início das operações. Oito das usinas hidrelétricas estão localizadas no Espírito Santo, uma no Rio de Janeiro, duas em Santa Catarina e cinco no Rio Grande de Sul.

Além disso, está em andamento um processo para a construção de outra usina hidrelétrica em Curitiba, em Santa Catarina. Ao preparar este relatório, os grupos da América Latina visitaram usinas hidrelétricas em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além de conversar com pessoas afetadas pelas barragens da Statkraft.

Um cartaz ao lado de uma das usinas afirma que a Statkraft é uma empresa que cria desenvolvimento e cuida da natureza. A empresa ajuda a criar energia e luz, de forma barata, a partir de um recurso renovável. Outros diriam que a empresa produz eletricidade barata, que que é vendida a um preço tão alto que as pessoas que moram na região não têm condições de comprá-la. Ninguém com quem conversamos é contra as barragens em si. Nem os afetados nem o MAB. A questão é como a energia hidrelétrica é produzida e para quem.

Página 15: Impactos ambientais e a Mata Atlântica

A energia hidrelétrica tem um grande impacto no ambiente ao redor, tanto porque altera a paisagem e a vegetação, mas também por causa do clima. Raramente há apenas uma barragem em uma comunidade. Um rio pode ter mais de 50 usinas hidrelétricas e represas em seu curso de água.

Essas barragens são frequentemente chamadas de barragens em escada. Ao analisar o impacto ambiental das barragens, portanto, não é possível analisar apenas cada barragem isoladamente, mas a soma dos impactos ambientais do impacto na natureza.

A barragem transforma um rio em um lago, que submerge grande parte da vegetação. Para isso, a floresta em áreas ao longo do rio deve ser removida. No Brasil, muitas vezes isso tem sido a floresta tropical e outras formas de floresta virgem. Enquanto o rio se transforma em um lago em um dos lados da represa, ele permanece seco no outro, porque a represa interrompe o fluxo natural de água no rio. A água é canalizada por túneis para uma casa de energia, onde o fluxo é produzido antes de ser devolvido ao rio mais a jusante. Isso significa que grande parte dos peixes que vivem no rio morrem, e algumas áreas ficam quase secas.

Várias pessoas com quem conversamos, com experiência em várias represas de propriedade da Statkraft, disseram que o clima na área mudou desde que o rio foi represado. A qualidade do ar, em especial mudou, com o ar ficando mais seco no inverno e mais úmido no verão. Muitos também dizem que enfrentam muita dificuldade com a neblina à noite e pela manhã.

Monjolinho e a perda da Mata Atlântica

A UHE Monjolinho está localizada no rio Passo Fundo, entre Nonoai e Faxinalzinho, no Rio Grande do Sul. O lago criado pela barragem afeta cerca de 217 famílias, além do território dos povos Kaingang e Guarani (Fatland, p. 24).

Inicialmente, a empresa acreditava que o território dos povos Kaingang e Guarani não seria afetado pela barragem e nem os representantes Kaingang nem Guarani foram consultados nesse processo, de acordo com o líder da comunidade Kaingang de Votouro, Darci Borges. No entanto, à medida que a barragem foi sendo construída, ficou claro que grande parte de seu território seria afetado e que partes importantes da floresta indígena desapareceriam. Isso fez com que 600 indígenas se reunissem na barragem em um grande protesto em 18 de junho de 2009. A polícia militar foi chamada e houve confrontos entre a polícia e os indígenas. A polícia estava armada com munição real, enquanto os indígenas estavam armados com pedras. Borges diz que a polícia acabou percebendo que eles não iriam desistir e que tudo estava prestes a se tornar sangrento. No final, Monel teve que reconhecer que o território indígena estava submerso como consequência das barragens. Já as consequências sociais, que não estão diretamente ligadas à destruição da natureza pelo projeto Monjolinho, voltaremos a abordar.

Página 16:

Hoje, os Votouro estão lutando contra os danos causados em seu território pela força do rio. A barragem de Monjolinho que afeta a comunidade é apenas uma das várias barragens. Quatro outras barragens foram construídas em seu território, além de uma nova barragem em desenvolvimento. Ao mesmo tempo, a Eletrobras está em processo de construção de linhas de transmissão em seu território. Grande parte da terra cultivada na área é usada para cultivar soja geneticamente modificada.

Durante a era colonial, a Mata Atlântica no sul do Brasil foi severamente desmatada. Partes dela ainda sobreviveram, especialmente em áreas com povos indígenas. Hoje em dia, ainda é permitido que os povos indígenas e as florestas tropicais sobrevivam onde existem e existiram povos indígenas. Os povos indígenas também desempenham um papel importante na recriação da floresta em áreas onde ela foi destruída. Isso ocorre porque a vida cotidiana e a cultura dos povos indígenas estão ligadas à floresta. Sem a floresta, os povos indígenas morrem, e vice-versa.

Página 17:

Sob a foto:

O líder da comunidade indígena Voutoro, Darci Borges. Em sua coxa, ele ilustra como a quantidade de dinheiro que a comunidade recebe da Statkraft cria divisão.

Em um e-mail para LAG (Grupos de América Latina), a Statkraft escreveu o seguinte sobre como a barragem de Monjolinho afeta a comunidade indígena:

"A barragem de Monjolinho fica a mais de 15 quilômetros da área residencial deles, mas com uma pequena parte da terra indígena afetada no final do reservatório. Por esse motivo, está sendo implementado um plano de desenvolvimento (PBA), que está alinhado com a liderança indígena e o órgão estadual, a FUNAI. Também deve ser observado que os próprios povos indígenas desenvolveram a agricultura nessa área de floresta".

Página 18:

Noeli de Oliveira, que faz parte da liderança da comunidade, diz que agora eles estão perdendo a cultura por causa da destruição causada pela Monjolinho e outras barragens em seu território. A floresta e o rio têm sido muito importantes para o povo Kaingang. Especialmente a área ao longo do rio é muito fértil, com muitos animais e muitas frutas. Eles usaram os rios para pescar, enquanto construíam suas casas com madeira da floresta. É da floresta que eles têm plantas e ervas medicinais, e é da floresta que eles coletam materiais para fazer artes e artesanatos tradicionais.

O desmatamento fez com que muitos animais fugissem para os vilarejos, e as pessoas viram muitos animais feridos e mortos ao longo das estradas e entre as árvores. Restam poucos rios para eles pescarem e não há madeira suficiente para que eles possam colher de forma sustentável para fazer madeira para suas casas. Isso significa que eles perderam a cultura da pesca e a forma como construíam suas casas. Além disso, ficou muito mais difícil colher frutas e caçar do que no passado. Isso teve consequências para a forma como eles conseguem transmitir sua cultura às novas gerações.

Muitos jovens estão viajando para a cidade devido à falta de recursos na comunidade local. Oliveira diz que é difícil ensinar crianças e jovens a coletar e preservar remédios e ervas naturais quando eles não são mais encontrados na floresta. "Não é a mesma coisa se você

comprar na loja ou plantar no jardim. Como você pode continuar a aprender sobre artesanato quando os materiais para produzi-los não existem mais?

Oliveira diz que muitas pessoas desenvolveram problemas de saúde desde que a barragem foi construída, devido às mudanças climáticas que a barragem trouxe. "No passado, o clima na área não era nem seco nem úmido. Mas agora o inverno se tornou muito seco, enquanto no verão a umidade é muito alta. Isso fez com que muitas crianças e idosos sofressem de gripes e resfriados. Oliveira diz que, embora você não ache que isso seja um grande problema, tem um grande impacto na vida cotidiana:

"Somos letras pequenas para as empresas. Nossa voz está escrita em letras pequenas. Os povos indígenas não foram atacados fisicamente. Mas eles tiraram todos os nossos direitos de viver uma vida saudável. Hoje, os jovens trabalham de maneira diferente do que no passado. Eles têm uma vida que nós não tínhamos. Nossa comida vinha da floresta, nossos remédios vinham da floresta. Hoje, nossos jovens trabalham em frigoríficos na cidade. Eles passam fome porque não têm acesso à natureza. A natureza nos deu muito, mas nossos filhos perderam isso. Somos indígenas, mas não vivemos como indígenas. Hoje somos obrigados a viver em um mundo que não é nosso."

Página 19: Desenvolvimento social

Quando as empresas começaram a envolver a população local no projeto, houve muitos elogios sobre como isso beneficiaria a comunidade local: Empregos, energia e uma economia melhor. Isso também é algo que a Statkraft enfatiza como uma parte importante de seus projetos: "A comunidade local estará melhor do que antes da chegada deles." Algumas pessoas com quem conversamos adquiriram uma boa propriedade e acham que a vida está melhor do que antes. No entanto, muitos dizem que são eles que ficam com os danos do projeto, enquanto os recursos e os lucros desaparecem da região. Isso não se aplica apenas à barragem de Monjolinho. Essa história ouvimos em cada lugar para onde viajamos.

Em Voutoro, Borges fala sobre os desafios que eles enfrentaram. Por serem indígenas, eles receberam acompanhamento especial por parte da empresa, mas as promessas não se concretizaram. Para compensar a perda da floresta tropical, a empresa plantou uma nova área de floresta. No entanto, segundo Borges, ninguém foi nomeado para cuidar da área protegida. "Não há ninguém que limpa a área ou monitora se as plantas e árvores estão indo bem. Isso fez com que a floresta na área não produziu frutos e não devolve nada pela floresta que foi perdida. Hoje, a Statkraft ajuda com subsídios anuais para a agricultura e manutenção de maquinário. Todo ano, eles recebem uma quantia de 120.000 reais. No entanto, a quantia não é suficiente, o que cria divisões e conflitos na comunidade local, segundo Borges. "Mesmo para cobrir os reparos das estradas o dinheiro não é suficiente."

Parte do acordo entre a Statkraft e a Voutoro é uma "sala de informação", com seis computadores e internet, onde os jovens deveriam ser educados. Durante a pandemia, não houve aulas nesse local. A percepção da comunidade é que há pouca disposição por parte da Statkraft para facilitar o projeto e que os computadores frequentemente não funcionam ou que a Internet é inadequada. A aldeia agora está buscando apoio de outros lugares além da Statkraft para realizar o projeto.

Borges diz que a barragem afeta grande parte do território do povo Guarani na região. Mas como há menos famílias e eles têm uma cultura nômade, recebem apenas 30.000 reais por ano. Muitas das famílias que já estiveram na área não retornaram. 30.000 reais por ano não foram suficientes para compensar a perda do que os rios e as florestas lhes deram. Segundo Borges, há dez famílias vivendo no local atualmente.

Página 20: Energia para quem?

"É um paradoxo. A luz perto da represa fica acesa dia e noite. Até mesmo três ou quatro dias podem se passar sem energia. Na aldeia vizinha, pode passar uma semana sem ter energia".

A citação é de Volmar Isaton, um dos vizinhos mais próximos de Passos Maia, uma das barragens em Santa Catarina. Essa não é a única barragem que ele tem ao seu redor. No entanto, a energia produzida ao seu redor não retorna para as pessoas, mas é vendida para a empresa de eletricidade do estado. A eletricidade no Brasil é tão cara que muitas pessoas não têm condições de pagar a conta de luz. Além disso, grande parte da rede elétrica é antiga e não funciona todos os dias. As pessoas com quem conversamos que recebem apoio da Statkraft para áreas devastadas ou aluguel de terras, dizem que o valor que recebem não é suficiente para pagar as contas.

Página 21: Falta de informações no processo de estabelecimento

As usinas hidrelétricas que a Statkraft opera atualmente no Brasil foram adquiridas ou fundidas com outras empresas. Isso significa que o processo de estabelecimento de um projeto (realocação forçada de pessoas, desmatamento, indenização, etc.) ocorreu antes de a Statkraft entrar em cena. Quando adquiriram a Desenvix, também adquiriram uma usina hidrelétrica planejada no rio Canoas, em Curitiba, Santa Catarina. Isso nos dá uma ideia de como a Statkraft trata a população local no processo de estabelecimento de novos projetos de energia hidrelétrica no exterior.

Faz 12 anos que o projeto foi lançado e está parado há vários anos, aguardando uma licença ambiental. A maioria das pessoas que vivem na área ao redor da barragem planejada diz que é a favor do projeto. Em um lado do rio, a maioria já vendeu suas terras, enquanto as pessoas do outro lado esperaram para vender suas terras para a empresa. A razão pela qual muitos

esperaram para vender suas terras é que eles acham que não receberam informações suficientes sobre o projeto da empresa. Nos últimos anos, houve um silêncio total por parte da Statkraft, e a população local não sabe nada sobre o status do projeto ou se ele se concretizará.

Todas as pessoas da comunidade local com quem o LAG conversa dizem que já se passaram vários anos desde a última vez que tiveram notícias da empresa. Um homem diz que faz dois anos desde a última vez que falou com a empresa, outros dizem que já se passaram seis anos. Todos tentaram ativamente entrar em contato com a Statkraft nos últimos anos, tanto por telefone quanto comparecendo ao escritório em Florianópolis. Ninguém conseguiu entrar em contato com a empresa. As pessoas estão exigindo que a Statkraft organize reuniões públicas para toda a comunidade, e não apenas para os diretamente afetados. Até o momento, a empresa também não organizou reuniões para eles, mas tem tido contatos esporádicos com aqueles que venderam terras ou com aqueles de quem a empresa quer comprar terras.

Isso gerou grande incerteza e inquietação entre a população local. Eles dizem que têm várias perguntas a fazer à empresa e que precisam de respostas para se sentirem confiantes em relação ao projeto. Eles ainda não sabem em que parte do rio ficará a barragem ou qual será o seu tamanho. Em outras palavras, eles não sabem se sua propriedade será represada ou quanto do rio eles perderão. Uma das pessoas com quem conversamos está trabalhando na travessia da balsa pelo rio. Esse homem não é dono da balsa, da terra em que vive ou da casa em que mora. Portanto, ele não tem direitos. Ele diz que há vários anos não recebe uma resposta sobre se a represa vai tirar seu trabalho e a casa onde mora. Há cerca de dez anos, ele tinha um plano para ampliar sua casa. Na época, a empresa lhe disse para esperar, pois a casa ficaria debaixo d'água. Agora ele está esperando há mais de dez anos para fazer alguma coisa. Ao mesmo tempo, ele não viu ou ouviu nenhum sinal da empresa ou da usina hidrelétrica.

Página 22:

Outra pessoa com quem conversamos disse que esperou para melhorar suas terras onde cultivava feijão e milho, porque ainda não sabe se a área permanecerá debaixo d'água ou quando será inundada. Quando o LAG entra em contato com a Statkraft, eles dizem que não têm certeza se concluirão o projeto ou não. No entanto, eles se esqueceram de informar a população local sobre isso. Depois que o LAG informou à empresa que a população local não conseguiu entrar em contato com eles, eles disseram que resolveriam o problema. As pessoas com quem conversamos que são afetadas pelas usinas hidrelétricas que já estão em operação falam sobre falta de informação ou desinformação. Mesmo que a Statkraft tenha assumido o controle depois disso, eles ainda são responsáveis pela forma como o projeto é administrado e pelo investimento que foi feito na operação.

Na usina hidrelétrica de Santa Laura, em Santa Catarina, 20 famílias foram removidas da margem do rio. Um dos vizinhos da comunidade de repente começou a ir de casa em casa para comprar suas terras em troca de apartamentos na cidade. Naquela época, a vida na cidade era procurada e um sinal de que se estava bem de vida, em parte porque havia muitas

oportunidades de trabalho lá. Logo depois que todas as terras foram vendidas, a empresa Desenvix chegou e estabeleceu a usina hidrelétrica de Santa Laura. Várias das famílias disseram desde então que "Se eles soubessem para que a terra seria usada, nunca a teriam vendido." A área que costumava ser seu lar foi subitamente devastada. Além disso, isso significava que a Desenvix não era responsável por todas as famílias que tiveram que se mudar da área, enquanto o único vizinho que se encarregou de comprar todas as terras conseguiu um negócio pessoalmente lucrativo.

Página 23: A vida social ao redor do rio

O rio tem sido usado como um ponto de encontro social em muitos lugares. As pessoas o utilizam para nadar, pescar e fazer churrascos, especialmente nos fins de semana. A hidrelétrica está mudando o acesso que a população local tinha anteriormente aos rios. Isso ocorre porque uma Área de Preservação Permanente é frequentemente construída.

A área varia em tamanho, mas geralmente inclui a represa e a área da própria usina. Portanto, muitas vezes são grandes áreas. Isso levou a uma mudança completa no uso social do rio. O rio, que era público e de uso coletivo da população local, foi privatizado. Não apenas a água, mas também a área ao redor. A água gera riqueza e dá retorno para os proprietários da represa, enquanto a população local perde o acesso a áreas sociais importantes ao longo do rio, sem se beneficiar dessa riqueza em troca.

Página 25: A enchente no Rio Doce

As placas ao longo da estrada para as várias usinas hidrelétricas indicam rotas de fuga e pontos de encontro em caso de rompimento da barragem. Em algumas comunidades, a Statkraft organizou exercícios de evacuação em caso de rompimento da barragem. As pessoas com quem conversamos dizem que a maioria das pessoas que vivem no lado a jusante de uma barragem têm medo. Elas acham que a Statkraft faz muito pouca manutenção nas represas, e muito pouco para esclarecer às pessoas que moram na vizinhança se a represa é segura.

Um exemplo disso é a enchente de janeiro no distrito de Pacotuba, em Cachoeiro de Itapemirim, em 2020. A enchente afetou mais de 4.000 pessoas que moravam na região e muitos acreditavam que a causa da inundação era a PCH Francisco Gros, de propriedade da Statkraft.

De acordo com os representantes com quem o LAG conversou, a Statkraft não aceitou a responsabilidade pela inundação. Eles acreditavam que as mudanças ambientais eram a causa da inundação, e não a forma como a barragem foi construída. Portanto, a empresa não implementou medidas para minimizar os danos causados pela inundação e os moradores afetados não receberam indenização da empresa pelos danos causados à propriedade e à saúde.

Tanto durante a inundação quanto depois, muitos dos que vivem abaixo da barragem expressaram preocupação com as condições da represa. Eles dizem que a Statkraft deu a entender que a barragem era boa o suficiente e não fez nada para garantir que ela pudesse suportar a inundação. Vários dizem que perderam a confiança na empresa após a inundação e temem que a represa não seja boa o suficiente para resistir a novas enchentes. Eles temem que haja o risco de que ela se rompa na próxima vez que houver enchentes.

O Espírito Santo já passou por dois grandes rompimentos de barragens, que causaram grande trauma para as pessoas da região. Ambos os rompimentos foram em um ano, as duas barragens que se romperam estavam em Minas Gerais, um estado vizinho do Espírito Santo. Os acidentes também tiveram grandes consequências para o Espírito Santo.

No Rio Doce, em 2015, e em Brumadinho, em 2019, duas barragens se romperam com lama de mineração matando 19 e 270 pessoas, respectivamente, e destruindo quilômetros de margens de rios, florestas, construções e terras. Essa é uma questão que está próxima da população local, que conhecem as consequências do rompimento de barragens para o meio ambiente, a economia e a saúde. Os representantes com quem conversamos disseram que não se trata de uma questão de "se", mas de "quando" a próxima enchente ocorrerá.

Página 26:

Segundo o MAB, que auxiliou as comunidades durante a inundação, a Statkraft não realizou as melhorias na barragem solicitadas pela população local. Muitos também pediram mais transparência sobre como as massas de água são controladas pela represa e por interesses privados. A Statkraft escreveu em um e-mail para o LAG que:

"O reservatório não tem capacidade significativa para regular a inundação natural da bacia do rio Itapemirim, porque a barragem opera a fio d'água, o que significa que todo o volume de água utilizado pelo projeto é imediatamente devolvido ao rio por meio de vertedouros e geradores. Imediatamente após o evento de inundação extrema em 2020, a Statkraft realizou trabalhos para reparar as estruturas civis que foram danificadas. O status atual do nível de operação e manutenção da barragem é considerado "seguro" e isso foi confirmado por terceiros. Um sistema de alerta sonoro com sirenes foi instalado na região, com o objetivo de alertar a população na zona de influência em caso de emergência, seja ela natural ou estrutural. O aplicativo móvel e as placas que indicam áreas de reunião seguras também foram estabelecidos. Os planos de trabalho estão sendo implementados pela Statkraft com a defesa civil municipal, regional e estadual, de acordo com o plano de ação de emergência da PCH Francisco Gros."

Página 27: Energia eólica no Brasil

"Sabemos que quando o desenvolvimento chega às comunidades, os problemas também chegam".

- Afetado por Brotas de Macaúbas.

A energia hidrelétrica é a fonte de energia mais importante no Brasil, mas é vista como insegura por não haver mais fontes de energia com as quais contar. O desenvolvimento da energia eólica faz parte da estratégia para dar ao país uma produção de energia mais diversificada. A energia eólica é hoje a segunda maior fonte de energia no país, e o Brasil é atualmente o sexto maior produtor de energia eólica do mundo. De acordo com dados do Ministério de Minas e Energia, o Brasil bateu um recorde em 2021 em termos de capacidade de produção de energia eólica (UNIP). De acordo com a Abeeólica, a Associação Brasileira de Energia Eólica, o Brasil tem uma capacidade instalada de 21,5 GW, distribuída em 795 parques eólicos, mais de 9.000 turbinas eólicas, em 12 estados.

A maior parte da produção de energia eólica ocorre no nordeste. O estado que mais produz é o Rio Grande do Norte, seguido pela Bahia. Muitos estados mudaram as leis para tornar a energia eólica mais atraente para os investidores estrangeiros. Entre outras coisas, os contratos para a compra de direitos foram prorrogados, ficou mais barato estabelecer uma licença e mais fácil obter licenças ambientais. Nos estados do nordeste, em particular, o enorme potencial de desenvolvimento de energia eólica se torna atraente para os investidores estrangeiros. Várias leis foram aprovadas nesses estados que facilitam o estabelecimento de usinas de energia eólica.

Isso foi impulsionado por um crescente lobby de energia eólica, liderado pela Abeeólica. A energia eólica tem sido vista como uma das fontes alternativas de energia mais viáveis, especialmente na região Nordeste. De acordo com Heitor de Costa, a rotulagem da energia eólica como energia pura tem dispensado as empresas de preparar relatórios de impacto ambiental e outros impactos. Isso também significa que raramente é estabelecido um limite para o local onde as empresas podem ocupar terras, o que resultou no desmatamento, especialmente da Caatinga, no nordeste do Brasil. 50 por cento da Caatinga, um dos maiores biomas do Brasil, já foi removido. Vários estudos demonstraram que as empresas de energia eólica que se estabelecem no nordeste do Brasil demonstram pouco respeito pela natureza e pelas pessoas. Com frequência há reclamações de povos indígenas, pequenos agricultores e pescadores.

A energia eólica requer grandes áreas de terra, e o desmatamento e a construção de estradas aumentam a pressão sobre as pessoas, os animais e a natureza. Além disso, muitas pessoas se incomodam com o ruído das turbinas eólicas. A energia eólica também é muito perturbadora, especialmente durante o processo de construção. É importante observar isso, pois a região nordeste do Brasil é uma das mais secas.

Fontes:

<https://abeeolica.org.br/>

https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/18675/1/DISSERTACAO_FABIANO_STAUT_FINAL.pdf

<https://portal.unicap.br/-/por-que-nao-discutir-os-impactos-socioambientais-dos-negocios-do-vento?fbclid=IwAR3PMkEV7Ei8se89rYfhUTgem-SAK2MghGVO49RzK6Yxllp2R65KMqVvGk>

Página 29: Statkraft e energia eólica no Brasil

Depois que a Statkraft foi condenada em 2019 por violar os direitos humanos no caso Fosen, eles declararam que querem se concentrar no desenvolvimento de energia eólica em zonas de baixo conflito no exterior. O Brasil é um ótimo candidato para isso, pois as regulamentações que envolvem a energia eólica são insuficientes. Além disso, a energia eólica é nova no Brasil, o que significa que a organização das comunidades afetadas pela energia eólica ainda é baixa.

A Statkraft tem duas usinas de energia eólica em operação atualmente. Brotas de Macaúbas, na Bahia, e Barra dos Coqueiros, em Sergipe. Ambas as usinas eólicas foram adquiridas por meio da aquisição da Desenvix. Além dessas, a empresa está desenvolvendo um novo parque eólico no complexo de Brotas de Macaúbas, o Morro do Cruzeiro. A Statkraft também está desenvolvendo sua maior usina de energia na América Latina até o momento, Ventos de Santa Eugênia, em Uibaí, Bahia.

A instalação das turbinas eólicas requer estradas, água, desmatamento, construção de redes de cabos, etc. Elas ocupam grandes áreas de terra e causam grande destruição à natureza. Muita dessa destruição é irreversível. Isso afeta a natureza e a vida selvagem, mas também a saúde das pessoas que vivem na área.

Página 30: Ventos de Santa Eugênia - O maior parque eólico da América Latina

A Statkraft está construindo atualmente o complexo eólico Ventos de Santa Eugênia, nos municípios de Ibipêba e Uibaí, na Bahia. O complexo cobrirá uma área total de 489,18 hectares e, de acordo com a Statkraft, será a maior usina de energia que eles têm na América Latina até o momento. O complexo consistirá de 91 turbinas eólicas, distribuídas em 14 parques eólicos. O plano é que o projeto seja concluído em 2023. Em comparação, o complexo eólico de Fosen (o maior parque eólico da Europa continental) tem 206 turbinas eólicas distribuídas em seis parques eólicos.

Segundo Statkraft, dois territórios quilombolas serão afetados pelo projeto. No relatório anual de 2021

(p. 38) eles escrevem isso:

"Entre os vários processos que foram desenvolvidos para identificar e mitigar quaisquer

impactos nas comunidades locais, foi realizado um estudo para mapear os aspectos sociais, históricos e produtivos de duas comunidades de descendentes de ex-escravos (Quilombola), que vivem na área afetada pelas operações. De acordo com a Convenção da OIT sobre os Direitos dos Povos Indígenas (Convenção no.169), este estudo também identificou os possíveis impactos do empreendimento e apontou a necessidade de medidas de mitigação de risco, nas quais a empresa está trabalhando agora. A Statkraft também está trabalhando em quatro programas sociais nas duas comunidades locais, com o objetivo de diálogo e interação com o povo quilombola, um programa para a prevenção da pandemia da Covid-19, sustentabilidade ambiental e programas de geração de renda, além de fortalecer a identidade do povo quilombola".

Brotas de Macaubas

O parque eólico Brotas de Macaúbas consiste em três parques eólicos: Macaúbas (35,07 MW), Novo Horizonte (30,06 MW) e Seabra (30,06 MW), com um total de 57 turbinas eólicas. O projeto foi iniciado pela empresa brasileira Desenvix e pela empresa francesa Alstrom. Ele entrou em operação em 2012. O Morro do Cruzeiro é uma extensão do complexo de energia eólica. Isso significa que várias comunidades, inclusive no município vizinho de Oliveira dos Brujeiros, serão afetadas pelo projeto. A Statkraft também está planejando um parque solar na comunidade de Sumidoro. Atualmente, as comunidades de Boa Vista, Sumidoro, Malhada, Papagayo, Várzea Grande, Mata e Mangabeira são afetadas pelos parques eólicos.

Página 31:

A Statkraft declarou em um e-mail para o LAG que a expansão do Morro do Cruzeiro também afetará uma comunidade indígena, mas que eles vivem a mais de 25 quilômetros das instalações. Statkraft ainda pagaria uma compensação à comunidade indígena. O mapa acima mostra onde estão localizados os parques eólicos estabelecidos e onde será localizada a expansão planejada. Não há mapas que mostrem como as comunidades estão localizadas em relação aos parques eólicos.

Para este relatório, conversamos com várias comunidades afetadas pelo complexo de energia eólica em Brotas de Macaúbas, bem como com as comunidades afetadas pelo novo complexo, Morro do Cruzeiro. Não conseguimos entrar em contato com ninguém em Barra dos Coqueiros, em Sergipe, nem com as pessoas afetadas pelo novo parque Ventos de Santa Eugênia. Todas as entrevistas são feitas pelo WhatsApp.

Página 32:

A região

Brotas de Macaúbas e Oliveira dos Brujeiros, mas também Uibiai (Ventos de Santa Eugênia) estão localizadas nas regiões do interior da Bahia. Essa é uma área fria e seca, com muitos ventos e montanhas, o que a torna ideal para energia eólica e solar. Essa parte do Brasil é coberta pela Caatinga, que é um dos maiores biomas do país. Caatinga significa mata branca, o que caracteriza a paisagem. Ela é repleta de árvores e arbustos e é caracterizada por vegetação rasteira. Há várias milhares de espécies endêmicas dessa região. É também uma região com pouca água, que fica seca de maio a novembro. As montanhas são sagradas para as comunidades. Tanto do ponto de vista espiritual quanto, principalmente, pelo que significam para os animais da região. "As serras são o próprio sertão". São áreas que não podem ser tocadas. As comunidades são protegidas pelas montanhas e, em contrapartida, protegem as montanhas. As comunidades protegem a vida nas serras, para que as serras possam proteger suas vidas na caatinga. É justamente nas montanhas que as turbinas eólicas são instaladas, pois é onde o vento é mais forte.

Comunidades tradicionais

Fundos e fechos de pasto são comunidades tradicionais que vivem na Caatinga da Bahia. Elas estão lá há mais de 300 anos e têm um forte senso coletivo de cultura e tradições. As comunidades cultivam animais em terras coletivas. Essa é uma forma de utilizar a terra com a qual estamos familiarizados na Noruega. Cada uma delas tem suas próprias áreas de terra individuais, enquanto as pastagens são coletivas. Eles também usam essa área coletiva para coletar lenha, madeira e frutas. Os que colhem frutas são chamados de mangabeiras, porque colhem mangaba da árvore mangabeira.

Enquanto a agricultura e a pecuária são um dos principais motivos do desaparecimento da caatinga, nos últimos cem anos, as comunidades de Fundo e Fechos estão empenhadas em preservar a vegetação em suas áreas coletivas. Entre outras coisas, não é permitido derrubar florestas nas áreas coletivas e o número de animais é adaptado à base de recursos. Toda a colheita das áreas coletivas deve beneficiar a comunidade.

Depois de anos de luta, várias comunidades obtiveram a certificação de suas comunidades. Isso lhes deu mais direitos sobre o território e os costumes associados a ele. Muitas comunidades ainda estão esperando para serem certificadas. As comunidades não fazem parte da constituição, como os povos indígenas e quilombolas, mas fazem parte da lei estadual da Bahia. Em algumas das comunidades, o estado é proprietário das áreas coletivas. Essas são particularmente vulneráveis à atividade de empresas estrangeiras, porque o estado pode conceder licenças a empresas para operar energia eólica ou mineração em suas áreas, sem que a comunidade tenha qualquer direito sobre a indenização ou diálogo.

Página 33: Statkraft toma o seu lugar

A primeira vez que uma empresa de energia eólica veio investigar o potencial de energia eólica em Brotas de Macaúbas foi em 2008/2009. Naquela época, ninguém na comunidade tinha ouvido falar de energia eólica ou solar. As empresas falaram sobre desenvolvimento, empregos e que as comunidades ganhariam muito dinheiro. Ninguém falou sobre as consequências negativas e dizia-se que os parques eólicos não afetariam os costumes da comunidade, ou as pastagens. O mesmo discurso também foi usado pela Desenvix, que mais tarde estabeleceu o complexo de energia eólica.

As empresas foram recebidas por um povo dividido. Havia aqueles que foram seduzidos pelas promessas de uma vida melhor e aqueles que foram céticos por se tratar de algo novo e desconhecido. Muitos queriam os parques eólicos porque queriam empregos e renda para suas comunidades. Em retrospecto, os parques eólicos não criaram particularmente novos empregos para as comunidades. Trabalhar com parques eólicos exige conhecimento especializado, que a população local não tem.

Segundo Statkraft (2019, p. 6), eles apoiam e reconhecem o direito à negociação coletiva. Por outro lado, as pessoas que vivem nas comunidades que são e serão afetadas pelo complexo eólico Brotas de Macaúbas dizem que sentem que a empresa não as atende nas negociações coletivas.

Segundo Statkraft, o povo brasileiro está de braços abertos e a empresa não enfrenta conflitos quando constrói os parques eólicos. Os líderes das comunidades afetadas pelos projetos Brotas de Macaúbas e Morro do Cruzeiro, por outro lado, dizem que estão de braços fechados. A certificação como comunidades tradicionais as tornou mais fortes em sua luta contra as empresas de energia.

Quando a Statkraft tentou instalar energia solar na comunidade de Boa Vista, recebeu-se ajuda da Comissão Pastoral da Terra e advogados da AATR para impedir que isso acontecesse. Segundo a liderança em Boa Vista, a Statkraft não estava inicialmente aberta ao diálogo. O LAG conversou com a presidente de Várzea Grande, que será afetada pelo novo empreendimento, que não quer seu nome no relatório. Ela tem a vantagem de que as comunidades de Brotas de Macaúbas não tiveram. A presidente está bem ciente das consequências da energia eólica e passou muito tempo lutando contra o novo parque eólico.

O trabalho com a nova instalação está em andamento desde o verão de 2022 e, em outubro, ainda não foi concluído. O presidente diz, entre outras coisas, que as empresas só visitaram a liderança da comunidade três vezes. "Nenhum diálogo foi iniciado com a comunidade, mas a Statkraft entrou em contato com indivíduos dos quais querem obter terras." A presidente diz que pediu uma reunião conjunta com a empresa várias vezes. A única informação que ela recebeu até agora foi o mesmo mapa que você viu na página anterior.

Página 34:

Os líderes das comunidades que serão afetadas pelo novo parque eólico ainda sabem pouco sobre o escopo do novo parque eólico.

Eles não sabem nada sobre seu tamanho, quantas turbinas, quando chegará e o que isso significará para suas comunidades e para seu modo de vida. Eles tentaram várias vezes fazer contato quando os representantes das empresas estavam na área para fazer pesquisas, mas não obtiveram resposta.

Eles também solicitaram que seja realizado um estudo que mostre como a energia eólica terá impacto na natureza e nas pessoas. Isso significa que as comunidades não podem exercer seus processos tradicionais para lidar com essas questões.

A comunidade de Malhada, por outro lado, organizou processos coletivos e diálogos com a Statkraft. Isso se aplica tanto para descobrir mais sobre as consequências do projeto, mas também para negociar. Como consequência de poderem negociar juntos, eles conseguiram aumentar o aluguel anual de sua área coletiva de 6.000 reais para 16.000 reais.

Página 35: Perda da cultura e dos animais de pasto

As comunidades de Fundo e Fechos aprenderam a conviver com as secas intensas.

Os parques eólicos e a mineração, por outro lado, estão virando todo o bioma de cabeça para baixo cada vez mais difícil de operar.

A população local tem várias bacias hidrográficas importantes que eles equilibram durante os longos períodos de seca. "Não vamos conseguir acabar com a seca, mas convivemos com ela", disse Jânio ao LAG, um dos gerentes em Boa Vista. Grandes quantidades de água são usadas durante a construção de parques eólicos. Isso tem gerado grandes problemas para a população local.

Os parques eólicos causaram um grande impacto nas pastagens. Muitos perceberam que os animais começaram a descer das montanhas para as áreas planas dos pastos. Isso se aplica não apenas aos animais de pasto, mas também a animais selvagens, como a onça-pintada. Isso levou a um aumento nos ataques a vacas e cavalos. Muitos animais desapareceram ou voltaram com ferimentos causados por onças-pintadas. Os fazendeiros percebem que os animais selvagens ficaram mais estressados porque seu habitat mudou.

O número de animais na comunidade está fortemente enraizado na base de recursos. Isso significa que os parques eólicos fizeram com que eles tivessem que reduzir o número total de animais na área coletiva. Isso, por sua vez, tornou mais difícil para muitas das comunidades viverem como fundo e fecho de pasto. As pessoas com quem conversamos disseram que as comunidades não recebem nenhuma compensação por essa perda, apenas o aluguel anual da terra. A quantidade de território coletivo que é de propriedade do estado, do município ou das próprias comunidades varia. Isso significa que também varia o valor da indenização pela perda da pastagem. Muitos fundos e fechos de pasto não se dedicam principalmente ao pastoreio de

animais, mas à colheita de frutas, que é uma parte importante de sua cultura. Isso também foi afetado pelos parques eólicos. O desmatamento para a construção de estradas e canteiros de obras significa que há menos árvores para colher, enquanto o ruído e a poeira das turbinas eólicas tornam os dias de trabalho mais difíceis. A Statkraft, por sua vez, diz que o aluguel pago às comunidades locais pelo uso da terra é muito maior do que o que a terra produziu no passado, devido à baixa fertilidade do solo. Além disso, eles também realizam projetos de desenvolvimento comunitário na área. Eles afirmam que as organizações comunitárias locais participaram das negociações como representantes de suas comunidades.

Página 36: Contribuição para às comunidades

Durante o verão de 2022, a Statkraft trabalhou na construção do novo parque eólico Morro do Cruzeiro. Durante o trabalho, a população local reclamou da falta de contribuições para a comunidade. Apesar do fato de haver vários restaurantes e opções de alimentação nas comunidades vizinhas, nenhum dos trabalhadores compram comida na comunidade. Em vez disso, eles trazem comida de fora. Os moradores locais dizem que os trabalhadores que atuam na construção das turbinas eólicas da Statkraft não usam nenhum dos serviços da comunidade. Eles percebem isso como se Statkraft não leva em consideração a comunidade e não se preocupa em apoiar a economia local na área.

Página 37: Ruído das estradas

Algumas das comunidades estão localizadas perto das novas estradas que foram construídas e estão sendo construídas em conexão com os parques eólicos. Elas são afetadas por muito barulho e poeira provenientes das estradas. Sumidoro, que é a mais próxima dos três parques eólicos, é a que mais sofre com o ruído e a poeira. A poeira das estradas afeta a saúde das pessoas e dos animais. Especialmente aqueles que moram perto da estrada para a área do parque tiveram sua saúde agravada após a chegada da energia eólica. Muitos dizem que estão mais incomodados com sintomas de resfriados do que antes por causa da poeira da estrada. A poeira também se espalha para as pastagens dos animais, o que destrói a qualidade do pasto.

Fora de vista

As comunidades que costumavam ser tranquilas já não são mais. Elas agora são atormentadas pelo ruído dos carros que passam e de parques eólicos. Ao mesmo tempo, muitas das consequências ainda são desconhecidas. Poucos estudos foram feitos antes e depois, e os estudos que foram feitos não foram compartilhados com a população. No entanto, muitas tiveram que reduzir o número de animais como resultado da perda de terras de pastagem, além de afetar os catadores de manga. Um dos valores mais importantes que sustentam essas

comunidades, viver em harmonia com a Caatinga, também está sendo prejudicado porque todo o ecossistema está mudando.

Statkraft mudou seu foco da Noruega para o Brasil após os protestos contra a energia eólica e do julgamento da Fosen, para desenvolver energia eólica em áreas com pouco conflito. A nossa impressão depois de conversar com as comunidades no Brasil é muito diferente. Não há menos conflitos, e as usinas exercem muita pressão sobre a natureza e a cultura. É mais fácil destruir a natureza e a cultura no Brasil do que na Noruega.

Página 40: Não sabemos suficiente

Ainda há muito que não sabemos sobre o que a Statkraft está fazendo no Brasil e, em geral, sobre o que as empresas norueguesas estão fazendo na América Latina. Muitas delas, como a Statkraft, são parcial ou totalmente de propriedade do Estado norueguês, o que torna ainda mais importante que as pessoas aqui na Noruega saibam sobre suas operações em outros países. Essa também é a razão pela qual quisemos fazer esse trabalho para reconhecer melhor as consequências das usinas elétricas da Statkraft no Brasil. Vários movimentos e organizações sociais estão trabalhando nisso diariamente. Sem a cooperação e a ajuda do MAB, do MST, do Movimento dos Atingidos por Represas e da Comissão Pastoral da Terra, este trabalho não teria sido possível. Gostaríamos também de agradecer às pessoas afetadas pelas usinas elétricas da Statkraft no Brasil, que compartilharam suas histórias e experiências conosco. Esperamos que este trabalho possa formar a base para outras investigações sobre como as empresas norueguesas operam na América Latina. O LAG dará continuidade a esse trabalho em colaboração com nossos parceiros na América Latina. Esperamos que você se junte a essa luta.